

Notas e informações

Assemb.

A Constituinte e o futuro

Com a solenidade do protocolo republicano, instala-se hoje, sob a presidência do ministro José Carlos Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, a Assembléia Nacional Constituinte. O clima festivo e a presença dos chefes dos três Poderes no ato deveriam apontar o momento em que a Nação se sente solidária, unida a seus representantes, que se mostram dispostos a trabalhar para que do entendimento e das concessões mútuas seja possível dotar o Brasil de uma Constituição moderna, ágil, esportiva, apta a enfrentar os desafios da mudança social, cujo símbolo mais evidente é a taxa de crescimento da população: 2,4% ao ano na década.

Infelizmente, porém, a Assembléia se reunirá em clima pressagoso: enquanto o chefe do Poder Judiciário estiver instando os representantes da Nação a dotarem o País de mecanismos jurídicos modernos, à frente do edifício do Congresso, os seguidores da CUT programaram manifestação não se sabe bem para que — seguramente, com certeza, para afirmar, a quantos desejarem saber, que não acreditam no princípio da representação popular e preferem o confronto, como dizem, “sem provocações”. No dia 12, os agricultores prometem reunir-se em Brasília a fim de manifestar seu sentimento de inconformidade com a ausência de política do Executivo. Em todo o País, todos os dias, a crise econômica lavra solta. É nesse clima, que se ainda não tem conotações subversivas, é com certeza surreal — na medida em que o presidente da República insta seus ministros a fumar o cachimbo da paz, pois ele nada resolve sem propostas unânimes — que a Assembléia deverá decidir sobre o destino de 138 milhões de habitantes.

Nem em 1946, ainda vivas as chagas abertas pelo Estado Novo, o clima político que cercou a instalação da Assembléia Nacional Constituinte foi tão tenso — e os que se recordam do período sabem que quando tiveram início os trabalhos da Grande Comissão Constitucional, a desconfiança entre uns e outros, os que tinham servido à ditadura Vargas e os que a haviam combatido, era grande, cada qual se olhando com hostilidade e cobrando responsabilidades. Ao longo do processo, porém, as relações se tornaram cordiais; assim foi, em boa medida, porque o clima social e econômico do País não era de molde a espicaçar ressentimentos e ódios. Talvez só recuando muito no tempo, e voltando a 1823, é que se encontrará reunião de deputados e senadores constituintes tão pressagosa. Naquele momento, a representação estava dividida — de fato cindida — em torno dos ódios entre os membros do “partido português” e os do “partido brasileiro”, entre os “aristocratas” defensores da monarquia unitária, e os “democratas”, no fundo federalistas, quando não muitos republicanos, e adversários de um governo centralizador.

A pouca preocupação que os partidos políticos (exceção de algumas frações à

esquerda, é preciso que os liberais disso tenham consciência) emprestaram em 1986 ao processo constituinte terá contribuído em muito para o que irá suceder de amanhã para a frente. Bem pesadas as coisas, não se tendo destruído a estrutura oligárquica de poder (baseada nas empresas de Estado) e a estrutura autoritária de mando (dentro dos partidos), a Assembléia Nacional Constituinte será confrontada desde o início com fatos consumados, como esse projeto de regimento de seus trabalhos que se lhe pretende impor de cima para baixo. Isso para não falar na tentativa, que seguramente será feita, de fazer que a Grande Comissão Constitucional a ser organizada examine o “catálogo de reivindicações” em que se acabou transformando o trabalho da Comissão presidida pelo hoje senador Afonso Arinos, que se diz já ter sido escolhido, antes de consulta às bancadas, como presidente da Grande Comissão. Com a CUT demonstrando não conformidade, os agricultores em agitação, a economia em crise e o autoritarismo presidindo decisões na Assembléia Nacional Constituinte, será possível esperar que a Assembléia produza trabalho à altura dos graves acontecimentos que vivemos?

A isso tudo há de acrescentar elemento humano que terá importância primordial no desenrolar dos trabalhos da Constituinte. Não queremos falar da irresponsabilidade daqueles representantes que, antes mesmo de prestar seu juramento, já estão anunciando a *democrática* (quantos crimes se cometem em nome da democracia!) decisão de trabalhar alguns poucos meses e retirar-se para dar oportunidades a seus suplentes! Pretendemos ressaltar a circunstância de o total de representantes populares na Câmara e no Senado (na Assembléia Nacional Constituinte, portanto) ter sido renovado em cerca de 60%. São pessoas que vêm com experiência municipal, algumas estadual, outras sem nunca ter passado pelo crivo dos trabalhos legislativos, ou executivos, jejunos em quase todos os grandes problemas brasileiros.

Quando se examina a composição das Assembléias Constituintes de 1823, 1891, 1934 e 1946 tem-se a impressão de que a sociedade, por seus partidos, cuidou de enviar ao *locus* em que se adotariam as graves decisões institucionais os seus melhores. Hoje, seguramente pela revolução demográfica que atua desde os anos 50 e pelo desinteresse que a maioria dos integrantes do escol cuido (para não nos referirmos aos daqueles que têm posses) demonstra pela atividade parlamentar, são poucos os que têm experiência e possuem do Brasil a visão globalizante indispensável a quem assume a responsabilidade de ser constituinte. Basta olhar para as lideranças em evidência para ver que essa constatação, atrás da qual se esconde um temor, é verdadeira: são apenas alguns homens com quase ou mais de 60 anos que viveram as crises polí-

ticas, econômicas e sociais desde 1946. Abaixo deles, uma grande porcentagem de homens de 40 anos, crianças quando a República democrática começou a andar em 1946, influenciados na adolescência e na idade madura pela oposição ao autoritarismo. Depois, os mais jovens, que só conheceram, enquanto adultos, os 21 anos de governo militar.

É sobre os ombros desses que conheceram essa história e não têm o direito de não haver aprendido suas lições (para não ser obrigados a repeti-las, como dizia o filósofo) que recairá a pesada responsabilidade de conduzir o processo, mantendo a independência da Assembléia diante do Planalto, e frente aos *lobbies* que se mobilizam desde os ministérios militares (que de repente se constituíram em verdadeiras sedes de corporações autônomas) até os grupos ecológicos, passando pelos censores e a CNBB, para apresentar à Nação um trabalho que permita às instituições sobreviver mais do que os precários 18 anos que durou a República democrática de 1946. A eles cabe assegurar não só a independência da Assembléia: incumbe impedir que agentes provocadores, travestidos de radicais ou democratas sinceros, pretendam fazer que a Assembléia Nacional Constituinte — soberana por definição, mas com mandato certo e definido de votar uma Constituição, o qual é distinto daquele do Congresso ordinário, e não o de levar o País à ruína — enverede por campos legislativos ordinários que não são seus. Não será tarefa fácil assegurar essa independência, sobretudo quando haverá poderosos interesses estabelecidos que se voltarão contra os constituintes, exigindo que se fixe em seis anos o mandato do presidente José Sarney. Sobre esse assunto, não apenas os membros da Assembléia Nacional Constituinte devem opinar; a Nação deverá discutir, diante do comportamento de s.exa. diante da crise, qual a melhor opção a oferecer à decisão de seus representantes.

A partir das 16 horas de hoje, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal instalar a Assembléia Nacional Constituinte, o Brasil terá virado uma página de sua história. Aquela que se abre, para que seja bem escrita, requer a colaboração de todos, letrados ou não, ricos ou pobres, pouco importa; o fundamental é que sejam patriotas e estejam iluminados, eles e os constituintes, pelos deuses tutelares que guiaram a nacionalidade nas crises da Maloridade, em 1840; da República, em 1889; da deposição do ditador Vargas, em 1945; e, porque não dizê-lo, no momento, e apenas nele, em que, a 31 de março de 1964, com a declaração da vacância do cargo de presidente da República pelo Congresso Nacional, abriram-se possibilidades inumeráveis para o desenvolvimento do País, infelizmente truncadas. A oportunidade que a Assembléia Nacional Constituinte tem de construir uma grande Nação e um povo feliz não pode ser perdida.